



## BOLETIM INFORMATIVO DA CONICQ

COMISSÃO NACIONAL PARA IMPLEMENTAÇÃO DA

CONVENÇÃO-QUADRO PARA O CONTROLE DO TABACO

**Nº 02 – FEVEREIRO 2017**

### DESTAQUES

**Secretaria-Executiva da Conicq divulga diretrizes para aperfeiçoar CQCT**  
Países de língua portuguesa que ratificaram CQCT podem acessar material

A Secretaria-Executiva da CONICQ realizou tradução (livre) para o Português do texto das Diretrizes relativas aos artigos 5.3, 6, 8, 9 e 10, 11, 13, 14 da CQCT, e de Opções de políticas e recomendações em relação aos Artigos 17 e 18.

As Diretrizes e as Opções de políticas e recomendações são elaboradas para auxiliar os Países-Parte – Portugal, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Portugal e Timor-Leste – no cumprimento dos objetivos e obrigações relacionados à CQCT, e são resultado de um amplo processo de consulta, discussão técnica com base nas melhores evidências e práticas disponíveis e do consenso obtido na Conferência das Partes.

Nessa mesma direção da Se-Conicq também produziu notas técnicas para a implementação dos artigos da CQCT/OMS no Brasil. Estes documentos são, portanto, uma valiosa ferramenta para a implementação da CQCT/OMS, primeiro tratado internacional de saúde pública, negociado sob os auspícios da OMS, em resposta à globalização da epidemia do tabagismo.

Esses textos estão disponíveis no site do Observatório da Política Nacional de Controle do Tabaco

[http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/observatorio\\_controle\\_tabaco/site/home/biblioteca](http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/observatorio_controle_tabaco/site/home/biblioteca)

### BRASIL

**PL que repassa impostos do tabaco ao Fundo Nacional de Saúde será tema de Audiência Pública**

Incluído na pauta do Plenário no dia 16 de fevereiro, o PLS 147/2015, da Agenda Brasil, que destina recursos tributários para a saúde, vai ser tema de audiência pública nas Comissões de Constituição e Justiça (CCJ) e de Assuntos Econômicos (CAE).

De autoria do senador Otto Alencar (PSD-BA), o projeto destina ao Fundo Nacional da Saúde os impostos sobre produtos industrializados, de importação e de exportação (IPI, II e IE) incidentes sobre medicamentos e produtos derivados do tabaco, bem como a arrecadação do Imposto de Renda (IR) sobre os lucros das empresas produtoras desses bens. Os recursos seriam repassados à Estados e Municípios.

O PLS 147/2015 foi retirado da ordem do dia a pedido dos senadores Antonio Anastasia (PSDB-MG) e Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), para analisar melhor a proposta. Anastasia e Fernando Bezerra acreditam que com a audiência será possível debater melhor a divisão dos recursos.

- O ponto de dúvida que resta é sobre a repartição dos recursos para os estados e os municípios. O Senado tem sido absolutamente zeloso e cauteloso na repartição dos recursos com os entes federados - afirmou o 1º-vice-presidente Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ao colocar o requerimento em votação.

Fonte: Senado – Edição: SE-Conicq

<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/02/16/projeto-que-destina-mais-recurso-para-saude-sera-tema-de-audiencia-em-comissoes>

### **Número de fumantes cai 42% entre beneficiários de planos de saúde**

O estudo Vigitel da Saúde Suplementar, divulgado no dia 21 de fevereiro pela Agência Nacional de Saúde Suplementar, revela que os beneficiários de planos de saúde do país fumam 42% menos, se alimentam melhor e praticam mais exercícios, mas ainda há excesso de peso e obesidade em boa parte dessa população.

O estudo Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (Vigitel) é feito pelo Ministério da Saúde desde 2006, em todas as capitais e no Distrito Federal. A partir de 2008, o Vigitel foi ampliado, em parceria com a ANS, e passou a englobar beneficiários de planos de saúde. Esta é a quarta edição da pesquisa envolvendo as duas instituições. As anteriores foram publicadas em 2009, 2012 e 2015, tendo como referência o ano anterior.

O Vigitel da Saúde Suplementar identificou redução de 42% no número de fumantes entre os beneficiários de planos de saúde, que caíram de 12,4%, em 2008, para 7,2%, em 2015.

“Isso é muito bom”, disse à Agência Brasil a diretora de Normas e Habilitação dos Produtos da ANS, Karla Santa Cruz Coelho. Significa que a política de combate ao

tabagismo, com leis federais e aumento de incentivos fiscais, orientaram e deram mais informações sobre os riscos do tabagismo, segundo ela.

Fonte: **Jornal do Brasil**

<http://www.jb.com.br/ciencia-e-tecnologia/noticias/2017/02/22/numero-de-fumantes-cai-42-entre-beneficiarios-de-planos-de-saude/>

### **Retorno de José Serra ao Senado pode auxiliar PLS das embalagens padronizadas**

O Chanceler José Serra (PSDB-SP) pediu demissão do cargo de Ministro das Relações Exteriores. Em uma conversa com o presidente Michel Temer, no Palácio do Planalto, Serra explicou que precisará tratar da saúde por, pelo menos quatro meses, período no qual não poderia fazer as viagens internacionais. Durante o encontro, Serra entregou uma carta na qual detalha a situação, e informou que assumirá sua função como Senador.

Em seu retorno ao Senado, Serra deverá retomar o PLS 769/15, que prevê a padronização das embalagens dos cigarros além da proibição de publicidade nos locais de venda de cigarros; o uso de substâncias que realcem o sabor ou aroma de cigarros; e que motoristas ou passageiros fumem em veículos que transportem crianças e adolescentes.

Atualmente, o PLS está na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, aguardando relator.

No início de 2016, o então Senador José Serra justificou a apresentação do Projeto de Lei com base em pesquisa da Fiocruz que revelou que as despesas com medicação, ambulatório e internação em decorrência do tabagismo alcançam atualmente a R\$ 23 bilhões anuais, sem considerar custos indiretos decorrentes de mortes prematuras, aposentadorias precoces e o absenteísmo relacionados com os efeitos do cigarro.

“Os custos relacionados ao uso do cigarro são astronômicos”, alegou Serra.

Fonte: **O Globo – Edição: SE-Conicq**

<http://oglobo.globo.com/brasil/jose-serra-pede-exoneracao-do-ministerio-das-relacoes-exteriores-20967060#ixzz4ZVMpEdet>

### **DIVERSIFICAÇÃO DAS ÁREAS CULTIVADAS COM TABACO**

#### **Algodão colorido, possível alternativa econômica ao tabaco, decola em MT**

Um dos quatro maiores produtores de algodão branco no país, o estado de Mato Grosso do Sul também está investindo no cultivo do algodão colorido. Cerca de 30 famílias de agricultores estão cultivando o algodão colorido em sistema agroecológico em consórcio com outras culturas como fruteiras, gergelim e milho. Neste ano, a previsão é que sejam cultivados aproximadamente 30 hectares, numa média de um hectare por família. O

plantio está sendo realizado em janeiro e a colheita deve ocorrer em maio.

A cultura do algodão colorido foi discutida em 2013 em reunião organizada pelo CEPAGRO visando a implementação dos artigos 17 e 18 da CQCT.

Na ocasião, a empresária Francisca Vieira, do Grupo Natural Cotton Color, que desenvolve roupas feitas com algodão naturalmente colorido desenvolvido pela Embrapa, foi convidada para dar seu depoimento.

O cultivo, processamento e confecção de peças com esta fibra teria se mostrado como uma opção de desenvolvimento sustentável para dezenas de agricultores familiares da Paraíba, inclusive ex-fumicultores.

Para impulsionar a iniciativa, Francisca contou com o apoio do Sebrae, e não só financeiro. "O mais problemático é o desenvolvimento do produto: saber qual produto fazer, para quem e como vender", afirmou, lembrando como capacitações neste sentido são fundamentais para agricultores e artesãos.

Em Mato Grosso do Sul, a experiência vem se tornando exitosa, com a comercialização antecipada do cultivo.

"Nós estamos estudando ampliar a produção porque recebemos demandas de outras empresas, mas por enquanto não temos como atender", conta o produtor Vitor Carlos Neves, de Ponta Porã, MS, que planta o algodão colorido há seis anos.

Além de Ponta Porã, outros seis municípios estão investindo na produção da fibra naturalmente colorida - Corumbá, Sidrolândia, Jaraguari, São Gabriel do Oeste, Terenos e Aral Moreira.

Segundo Vitor Neves, o conhecimento adquirido na produção de algodão colorido já atravessou a fronteira. "Nós apoiamos a formação de um grupo de produtores do Paraguai, que também fornecem para a Justa Trama, e hoje já são 46 produtores paraguaios cultivando o algodão colorido", afirma.

Fonte: CEPAGRO/AGROATIVIDADE – Edição: SE-Conicq

<https://www.agroatividade.com.br/single-post/2017/01/23/MS-Pequenos-produtores-investem-no- algod%C3%A3o-colorido>

<https://cepagroagroecologia.wordpress.com/2013/06/07/desafios-e-alternativas-ao-cultivo-de-tabaco-em-discussao/>

## **INDÚSTRIA DO TABACO/CADEIA PRODUTIVA DO TABACO**

**Philip Morris anuncia substituição gradativa dos cigarros convencionais por eletrônicos**

"Este ano tornamos público o nosso compromisso ambicioso de substituir definitivamente os cigarros convencionais. Isto inclui a América Latina, onde queremos dar opções menos nocivas aos mais de 40 milhões de adultos fumantes", informou Jeanne Polles, presidente regional Philip Morris International (PMI).

A diretriz para a América Latina e Canadá se referiu ao anúncio da empresa de acabar, gradualmente, com o cigarro convencional, e se centrar em alternativas "mais seguras" para aqueles que queiram permanecer fumando ou não desejam sair da dependência.

A Philip Morris, que detém marcas como a Marlboro, Chesterfield e LM, informou que, desde 2008, realizou investimentos de cerca de US\$ 3 bilhões no cigarro eletrônico, alegando que o risco para a saúde não é a nicotina, mas a combustão que ocorre ao se acender um cigarro.

O resultado desta pesquisa é o dispositivo eletrônico iQoS que a tabacaleira pretende expandir, e que já vende em 20 países em todo o mundo, além de comercializar novos produtos livres de fumaça, com e sem tabaco.

"Até o final de 2017, o iQoS está disponível em mais de 30 países, incluindo a América Latina", disse Polles, garantindo que mais de um milhão de fumantes já migraram para cigarro eletrônico.

A Philip Morris, que perdeu uma disputa judicial com o Uruguai devido as leis anti-tabaco, previu inicialmente combinar os dois negócios na América Latina e Canadá, onde o volume de vendas de cigarros caíram 5,9% em 2016 devido, principalmente, ao aumento dos preços em países como Argentina e Brasil.

Jaime Arcila, coordenador para a América Latina Corporate Accountability International, defensor de leis anti-tabaco, expressou suas dúvidas a Agência de Notícias espanhola, Efe, ao dizer que o negócio de cigarros tradicionais não irá acabar, mas admite que a iniciativa da Philip Morris pode "gerar ceticismo."

"Infelizmente, alguns especialistas são céticos neste tema. Esperamos que a ciência nos dê uma resposta a todas as essas perguntas", concluiu.

Fonte: El Pais – Edição: SE-Conicq

<http://www.elpais.com.uy/economia/empresas/philip-morris-llega-productos-libres.html>

<http://m.portafolio.co/negocios/consumo-de-cigarrillo-en-america-latina-seria-reemplazado-503391>

## **PRODUTOS ILÍCITOS DO TABACO**

**Apoio da Indústria ao Protocolo do Comércio Ilícito de tabaco pode acelerar tramitação no Parlamento**

“Apoiamos a adesão do Brasil ao Protocolo para Eliminar o Comércio Ilícito de Produtos de Tabaco, o único gerado em 10 anos de Convenção-Quadro. Há dois anos estamos esperando a adesão do Brasil. Defendemos que o setor possa manifestar sua posição sobre o assunto, uma vez que tem muito a agregar”.

Com esta declaração do executivo da Abifumo, Carlos Galant, dada ao boletim do SindiTabaco, antes da COP7, a Indústria do Tabaco brasileira manifestou apoio ao Protocolo do Comércio Ilícito de produtos de tabaco, já assinado pelo governo brasileiro, e atualmente aguardando relator em três Comissões na Câmara dos Deputados.

Após análise das Comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR), Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) e Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO), segue para Plenário para votação.

Fonte: SindiTabaco – Edição: SE-Conicq  
<http://sinditabaco.com.br/our-doctors/page/4/>

## MUNDO SEM TABACO

### Ministro japonês causa polêmica aos questionar relação do tabaco com câncer de pulmão

Ministro de 76 anos é tabagista, e pediu que parlamentares fumem cigarros eletrônicos

O ministro de Finanças do Japão e vice-primeiro-ministro do Executivo, Taro Aso, colocou em dúvida que fumar provoque câncer de pulmão, em um momento em que o país asiático estuda reforçar sua legislação anti-tabagismo, segundo informações divulgadas pela imprensa local.

"Subiu o número de pacientes de câncer de pulmão, sem dúvida nenhuma. Mas eu me pergunto se isto tem alguma relação com o tabaco, já que o número de fumantes está diminuindo", disse Aso, durante discurso no Comitê de Finanças da Câmara Baixa da Dieta (parlamento japonês), divulgado hoje pelo jornal "Asahi".

Taro Aso, então, pediu que seja autorizado fumar cigarros eletrônicos em sessões parlamentares, algo que, segundo sua opinião, "poderia ajudar a acalmar os nervos e reduzir um pouco os debates acalorados".

Aso, de 76 anos e chefe da estratégia de crescimento econômico conhecida como "Abenomics" (pelo nome do primeiro-ministro Shinzo Abe), é fumante e protagonizou várias polêmicas por seus comentários depreciativos sobre os idosos e desempregados, ou sobre a superioridade da raça e a cultura japonesas.

O governo japonês estuda a aprovação de novas medidas para reforçar sua legislação anti-tabagismo, e inclusive algumas vozes defendem a proibição dos cigarros em todos os estabelecimentos públicos, de olho nos Jogos Olímpicos de 2020. EFE

Fonte: EFE – Edição: SE-Conicq

[http://ejornais.com.br/jornal\\_espanha\\_efe.html](http://ejornais.com.br/jornal_espanha_efe.html)

A CONICQ é responsável por articular a implementação da agenda governamental para o cumprimento dos artigos da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco. É presidida pelo Ministro da Saúde e composta por representantes de 18 órgãos federais. Acesse o Observatório da Política Nacional de Controle do Tabaco.

**Expediente:**

Este boletim é produzido pela Secretaria Executiva da Comissão Nacional para a implementação da Convenção Quadro para o Controle do Tabaco (CONICQ)

INCA - Instituto Nacional de Câncer José de Alencar Gomes da Silva / Ministério da Saúde.

Contato: [conicq@inca.gov.br](mailto:conicq@inca.gov.br)

Edição: Alexandre Octávio

Conselho Editorial: Alessandra Machado, Ana Paula Teixeira, Christiane Pereira, Naira Vosmirko

Projeto gráfico: Equipe da Divisão de Comunicação Social do INCA